A RECONSTRUÇÃO DA HEGEMOGIA DA CHINA NA ÁSIA

Marcos Cordeiro Pires
mcp@marilia.unesp.br

Resumo

O objetivo desta intervenção é o de discutir o restabelecimento da hegemonia chinesa no Sudeste e no Oriente da Ásia neste começo de século XXI. Há algumas evidências que nos permitem supor que este processo já esteja em movimento, tanto no que diz respeito à crescente integração econômica que se forma em torno do país, como também pelos eventos políticos que se formaram em períodos recentes, dos quais o retorno de Hong Kong e Macau à soberania chinesa são exemplos, assim como a gradual reaproximação com Taiwan, o estabelecimento da Organização de Cooperação de Xangai, e, principalmente, o fato de que processo de rápido crescimento econômico não vem perturbado a ordem internacional como ocorrera em outros momentos, quando das ascensões turbulentas de Estados Unidos, Alemanha e Japão no final do século XIX.

Palavras-Chave: **China; hegemonia, Ásia**

Introdução

Até meados do século XIX, a China era a potência hegemônica na Ásia e a maior economia do planeta. No auge da Dinastia Qing, em 1820, quando a China representava 33% do PIB mundial (Maddison, 2003), o território do país abrangia aproximadamente 13 milhões de quilômetros quadrados. Naquela época, faziam parte do Império chinês, além da configuração atual do seu mapa, a atual República da Mongólia; as Ilhas Kuye (Sacalinas), a Região de Vladivostok e o Norte da Manchúria, hoje dominados pelos russos; o território a Noroeste que divisava o Lago Bu-Ku (atual lago Balkhash), no Cazaquistão; e as fronteiras a Oeste com a região de Bukara, próximas aos atuais Uzbequistão e Afeganistão. Veja o mapa a seguir:



Figura 1 – Mapa do Império Chinês durante a Dinastia Qing
Fonte: Interesting World Facts, 2011.

Os sucessivos tratados desiguais a que foram submetidos os chineses, a partir da primeira Guerra do Ópio, em 1842, fizeram com o que o Império chinês cedesse territórios não só aos ingleses (Hong Kong), mas também ao Império russo, como vimos. Posteriormente, frente à vitória japonesa na guerra russo-japonesa de 1905, o território da atual Manchúria caiu sob domínio japonês. Antes, por conta da primeira guerra sino-japonesa (1894-95), a província de Taiwan caia sob o julgo do Império japonês e o Estado tributário da Coréia se tornava independente da Dinastia Qing para, em seguida, após alguns anos de conturbada soberania, ser subjugado pelos japoneses (1910).

É importante assinalar que a influência do Império chinês não se restringia aos domínios formais do território. Ela se expandia para o seu entorno, tanto através de Estados tributários, como também pela diáspora de súditos chineses para nações como o a atual Tailândia, o Vietnam, a Birmânia, Indonésia, Singapura, Laos, Camboja e Filipinas. Ademais, a cultura chinesa, por meio da escrita ideográfica, do confucionismo e do

taoísmo, oferecia uma moldura comum às nações do Extremo Oriente (Japão e Coréia) e do Sudeste Asiático.

O declínio da influência chinesa está diretamente relacionado com sua política de isolamento e, principalmente pelas invasões européias que se sucederam no século XIX. Decorrente disso, a China passou a enfrentar uma série de revoltas internas que minaram a capacidade da burocracia imperial em administrar de maneira eficiente o seu próprio domínio. A derrocada do Império, em 1911, e a proclamação de Sun Yatsen como presidente da República da China não conseguiu refrear o ciclo de decadência, uma vez que o novo regime encontrou dificuldades de se afirmar em todo o país. A instabilidade perdurou por muitas décadas, tanto pela guerra civil em que se confrontavam nacionalistas e comunistas (1927-1937; 1945-1949), como pela invasão japonesa entre 1937 e 1945. Somente em 1949, após a vitória das forças de Mao Tsé-tung e a instituição da República Popular da China, o país volta a se por de pé. Naquele momento, de acordo com as estatísticas de Maddison (2003), a participação do país no PIB mundial caia a menos de 5% e outras potências hegemonizaram a região, como os Estados Unidos e a União Soviética.

Passados mais de 60 anos da vitória da revolução nacional e popular da China, o país rapidamente vem restabelecendo sua influência em seu entorno. A criação de capacidade própria de defesa, o rápido desenvolvimento econômico e a forte modernização tecnológica de suas infra-estruturas têm viabilizado o retorno da China à proeminência mundial. Atualmente, a China é a maior nação exportadora do mundo e a segunda potência econômica, atrás dos Estados Unidos.

Diante deste novo quadro, acreditamos que não seria precipitado discutirmos o restabelecimento da hegemonia chinesa no Sudeste e no Oriente da Ásia neste começo de século XXI. Há algumas evidências que nos permitem supor que este processo já esteja em movimento, tanto no que diz respeito à crescente integração econômica que se forma em torno do país, como também pelos eventos políticos que se formaram em períodos recentes, dos quais o retorno de Hong Kong e Macau à soberania chinesa são exemplos, assim como a gradual reaproximação com Taiwan, o estabelecimento da Organização de Cooperação de Xangai, o aumento da integração econômica na região e, principalmente, o fato de que processo de rápido crescimento econômico não vem

perturbado a ordem internacional como ocorrera em outros momentos, quando das ascensões turbulentas de Estados Unidos, Alemanha e Japão no final do século XIX.

A Ascensão Pacífica da China e a Reconstrução de sua Hegemonia na Ásia

Antes de buscarmos os elementos que corroboram nossa hipótese, é preciso estabelecer o que compreendemos como "hegemonia". Antes de tudo, tal como postula Antonio Gramsci, compreendemos HEGEMONIA como a supremacia de um grupo social ou de um Estado-nação dentro de um determinado contexto, seja ele nacional ou internacional. No entanto, esta supremacia não decorre apenas da força militar, mas também do poderio econômico, dos valores e da riqueza cultural de um país (ou de uma classe), o que lhe possibilita o exercício da liderança, antes pela força do seu prestígio do que pela intimidação e coerção de seus aparatos de violência. Especificamente com relação ao sistema internacional, destacam Bobbio et Ali (1998:732):

> "O conceito de Hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério, poder-se-ia definir a Hegemonia como uma forma de poder de fato que, no continuum influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para um ora para outro pólo".

Quando se pensa no contexto em que a China está inserida, sua liderança hegemônica, até o começo do século XIX, era bastante evidente. Mesmo porque, o país não apresentou em sua história o uso indiscriminado do *hard power* e tampouco apresentou traços marcantes de imperialismo. Conforme ressaltam Fairbank & Goldman (2007), apesar do elevado estágio de desenvolvimento material da civilização chinesa, cujo grupo étnico majoritário eram os povos HAN, o país foi dominados por uma sucessão de povos oriundos de culturas menos sofisticadas, como os tártaros, os mongóis ou mesmo os manchus. Ademais, durante a Dinastia Ming (1368-1644), o país optou pelo isolamento e pela suspensão do comércio ultramarino de longa distância antes mesmo da expansão européia dos séculos XV e XVI, fato que persistiu durante a Dinastia Qing (1644-1912). O enfraquecimento do Estado chinês após a Guerra do Ópio pôs fim à longa liderança que o país exercia na Ásia.

1 - Ascensão Pacífica

Pouco mais de um século e meio depois da I Guerra do Ópio, a ascensão econômica da China no período de 1949 a 2011 tem se refletido de maneira expressiva no campo das relações internacionais, particularmente em seu entorno. Mesmo se fazendo presente no Conselho de Segurança da ONU desde 1971, o país não havia assistido uma proeminência tão grande como na atual conjuntura, em que se tornou um *stakeholder* da ordem internacional, nos setores políticos, econômicos e de segurança. Seu processo de "Desenvolvimento Pacífico", cuja teorização foi feita pelo Conselho de Estado da China, em 2005 (China – The State Council, 2005), fez da China uma força não perturbadora da ordem internacional, diferentemente de outros processos de rápido desenvolvimento econômico que provocaram traumas na ordem econômica estabelecida, como as experiências de Estados Unidos, Alemanha e Japão no final do século XIX e em grande parte do século XX, particularmente estes últimos.

De fato, a ascensão da China tem proporcionado uma série de oportunidades aos seus vizinhos da Ásia, tanto os exportadores de alta tecnologia, a exemplo de Japão, Coréia do Sul e Taiwan, como também de *commodities*, como os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e também das ex-repúblicas soviéticas. Mesmo em escala mais global, a China oferece oportunidades para empresas de países industrializados do Ocidente, seja como parte das cadeias produtivas globais, seja como um dinâmico mercado consumidor para os bens de maior valor agregado e intensivos em tecnologia. No mesmo sentindo, com relação à demanda por *commodities* agrícolas e matérias-primas, a China amplia sua importância em regiões mais distantes, como a América Latina, a África, o Oriente Médio e a Oceania.

Vale a pena destacar outro aspecto da ascensão econômica da China: seu poderio financeiro. Os efeitos traumáticos da crise financeira asiática de 1997-98 fizeram com que os países da região adotassem medidas de socorro mútuo em caso de crises, ao criar mecanismos que viessem a suprir as lacunas do Fundo Monetário Internacional e também evitar ingerências internas que pudessem comprometer as políticas de desenvolvimento (GUINIGUNDO, 2005). Nesse sentido, o fato de a China possuir reservas internacionais que ultrapassam US$ 2 trilhões é um argumento de peso para dar

suporte aos países de menor dimensão. Tal situação foi compreendida nesses termos por Arrighi (2008:386):

> "Apesar da compra maciça de títulos do Tesouro norte-americano, a China desempenhou o papel principal tanto no redirecionamento do superávit do Sul para destinos no próprio Sul quanto na apresentação aos países vizinhos e distantes do hemisfério Sul alternativas atraentes para o comércio, os investimentos e o auxílio dos países e das instituições financeiras do Norte".

Isso ficou patente quando a China ofereceu ajuda às Filipinas para fazer frente às dificuldades decorrentes de seu balanço de pagamentos, em 2006. Enquanto o FMI ofereceu US$200 milhões, a China disponibilizou US$2 bilhões. Conforme ressalta PERLEZ (2006), "a *China não faz segredo de que quer a paz em sua vizinhança para garantir o próprio desenvolvimento*". Ademais, empresas multinacionais chinesas e o fundo soberano da China têm viabilizado investimentos diretos nos países de seu entorno. Exemplo disso foi o resultado da ampliação dos termos do Acordo de Livre Comércio entre China e ASEAN, em 2007, incorporando o setor de serviços, que deu um forte impulso aos investimentos chineses na região (ASEAN, 2007). Apenas entre 2007 e 2008, o aumento dos investimentos chineses foi de 64% (Kubny & Voss, 2010).

2 - Segurança Regional: a Organização para a Cooperação de Xangai

Do ponto de vista da segurança e da estabilidade política de seu entorno, a China se empenhou na criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Este foro intergovernamental foi criado em 15 de junho de 2001, em Xangai (China), pela República do Cazaquistão, República Popular da China, República do Quirguizistão, Federação Russa, República da Tajiquistão e a República do Uzbequistão. Entre seus objetivos se encontram o

> ..."reforço da confiança mútua e relações de boa vizinhança entre os países membros, promovendo uma cooperação eficaz na política, comércio e economia, ciência e tecnologia, cultura, bem como educação, energia, transporte, turismo, proteção ambiental, buscando um esforço conjunto para manter e garantir a segurança, a paz e a estabilidade na região, com vistas ao estabelecimento de uma nova, democrática, justa e racional a ordem política e econômica internacional" (OCX, 2011).

Na prática, a OCX busca preencher o vazio de poder deixado pelo fim da União Soviética, impedindo o aumento da influência de potências externas à região. Ademais, por conta de inúmeras demandas independentistas na região e a ações de grupos armados não-convencionais, os membros da OCX coordenam esforços com o objetivo de conter ameaças "terroristas". Vale ressaltar que além do grupo de 6 países que são membros plenos da Organização, Índia, Irã, Paquistão e Mongólia figuram como observadores, além de Bielorússia e Sri Lanka.

Nesse campo, a presença da China também se faz presente nas negociações que envolvem as disputas na Península Coreana. O país possui um papel ativo no grupo conhecido como "Six Party Talk", que busca o diálogo com o objetivo de encontrar uma resolução pacífica para os problemas de segurança envolvendo as Coréias do Norte e do Sul, relacionados ao programa nuclear norte-coreano de armas e a ausência de um armistício formal desde o fim das hostilidades entre os países, em 1953. A influência chinesa também é relevante na estabilidade política de outros países, como Burma e Tailândia. Além disso, busca aparar históricas divergências com a liderança japonesa, algo que do ponto de vista comercial já está devidamente estabilizado.

3- Taiwan, o EFCA e uma porta para a conciliação

Ainda no sentido da busca da estabilidade política da região, a China vem procurando uma aproximação com Taiwan, de forma a aplainar uma futura reincorporação da "província rebelde" à soberania de Pequim. Um exemplo sintomático desse processo se deu em 29 de junho de 2010. Nesse dia, na municipalidade de Chongqing, no centro da China, autoridades da República Popular da China e de Taiwan firmaram um acordo de livre comércio que poderá beneficiar 539 setores produtivos de Taiwan e 267 setores da China continental (CHINA DAILY, 2010). Pelo tratado, estão previstas a isenção de taxas de importação sobre diversos artigos, algo que a China havia feito recentemente com os países da ASEAN. Pelo acordo, Economic Cooperation Framework Agreement (ECFA), em inglês, se espera que as exportações taiwanesas se expandam em torno de US$ 13 bilhões, enquanto que as importações oriundas da China avancem cerca de US$

3 bilhões. Isso incrementaria fortemente o já elevado intercâmbio que girou em torno de US$ 145 bilhões em 2010, sendo que o superávit de Taiwan foi de US$ 85 bilhões[1].

No entanto, a importância do Acordo não está nas questões comerciais em si, já que muitos países já firmaram tratados de livre comércio com a China, inclusive nossos vizinhos Chile e Peru. A questão central está no aprofundamento das relações bilaterais entre China e Taiwan, algo que pode no futuro levar à eliminação dos atritos entre os dois lados do Estreito de Taiwan e um previsível retorno da Ilha à soberania chinesa, algo que parcela da população de Taiwan vê com reservas.

Cabe destacar que a assinatura do acordo esteve carregada de uma simbologia especial. A escolha de Chongqing não foi por acaso. A cidade sediou o governo de unidade nacional chinês durante a ocupação japonesa, entre 1937 e 1945. Ademais, juntou na mesma mesa os vencedores e derrotados da longa guerra civil que abalou a China entre 1927 e 1949. As hostilidades entre o Partido Comunista e o Partido Nacionalista Kuomintang somente foram suspensas com a intensificação da invasão japonesa, que em 1937 destruiu a então capital da China, Nanquim, obrigando a mudança da burocracia chinesa para longe da linha de frente, no distante interior da China, precisamente na municipalidade de Chongqing.

Com a derrota das forças japonesas, em agosto de 1945, Chiang Kai-Chek, o presidente do Kuomintang, rompeu a aliança com os comunistas e reiniciou a guerra civil, cujos desfechos foram a vitória das forças dirigidas por Mao Tsé-Tung, a criação da República Popular, em 1949, e a fuga das lideranças do Kuomintang para a pequena Ilha de Taiwan. Lá, com o apoio dos Estados Unidos, os nacionalistas continuaram a representar a República da China, reconhecida a partir de então como única representante do povo chinês na ONU, até que os EUA se reaproximassem da China de Mao Tsé-Tung, durante a controversa visita de Richard Nixon ao país, em 1972, e posteriormente forçassem a substituição de Taiwan pela República Popular da China.

O status de Taiwan, desde então, encontra-se num "limbo" diplomático. Por conta de exigências de Pequim, os norte-americanos tiveram que aderir ao princípio de "uma só

[1] A respeito do impacto do EFTA nas relações econômica entre Taiwan e China, ver: ZHAO Hong; TONG, Sarah Y. (2010)

China", desconhecendo a representação diplomática dessa "província rebelde", na expressão da China continental. No entanto, o governo dos Estados Unidos, até mesmo por uma lei aprovada na década de 1950, sob a Administração de Eisenhower, nunca abandonou Taiwan, dando suporte militar e colocando à disposição da Ilha sua superioridade naval no Pacífico Oriental.

As expectativas dos chineses acerca de uma possível reconciliação com Taiwan aumentaram após as negociações com a Grã-Bretanha e com Portugal, em meados da década de 1980, no sentido de acolher Hong Kong e Macau de volta à soberania de Pequim. O acordo proposto, "um país e dois sistemas", garantiu às populações de ambas as regiões que o status político e econômico do período colonial será mantido até meados do século XXI

Essa perspectiva de reconciliação quase que se esvaiu no ano de 2000, quando o Kuomintang perdeu o poder político que mantinha desde 1949 para o independentista Chen Shui-bian, líder do Partido Progressista Democrático, formado por vários grupos da oposição defensores da independência formal de Taiwan. Por pouco a Ilha não declarou a independência, tendo sido desencorajada pelos Estados Unidos diante da possibilidade de se desencadear um conflito de grandes proporções no Estreito de Taiwan. A esperança de um ambiente menos hostil ressurgiu com o retorno do partido Kuomintang ao poder, em 2008, com a eleição de Ma Ying-jeou. Desde então, as tensões diminuíram e até mesmo investimentos de empresas estatais da República Popular foram admitidos na Ilha. As catástrofes climáticas de 2009 e a ajuda de Pequim aos desabrigados contribuiu mais ainda para a criação de um ambiente de cooperação.

O acordo de livre comércio firmado em 29 de junho 2010 foi um passo muito grande para a reunificação pacífica da China. A porta aberta por Hong Kong e Macau, e a manutenção das garantias previstas no modelo "um país, dois sistemas", parece que vai se alargar ainda mais.

4 - A Força do Comércio Regional

Tratando especificamente de comércio, é importante observar que a China voltou a ser um ator de peso nas relações com seus vizinhos asiáticos. Em 1980, o país era responsável por menos de 1% das exportações mundiais; em 1989 este número subia para 1,7%. Dez anos depois, em 1999, a China já havia duplicado sua participação e, em 2009, o percentual atingia 9,6%, garantindo ao país o primeiro lugar no ranking exportador, suplantando a Alemanha. Em 2010, a China já apresentava indicadores de que superara os efeitos mais duros da crise econômica iniciada em 2008, particularmente para um país dependente do comércio com as principais nações desenvolvidas, as mais impactadas pelo cataclismo financeiro.

A Tabela 1, a seguir, oferece uma descrição acerca do desempenho do comércio exterior da China em 2010, especificamente com relação aos seus principais parceiros, que perfizeram 78% das exportações e 65% das importações.

Tabela 1

CHINA: Importações e Exportações- Principais Países e Regiões em 2010

(Bilhões US$)

País ou região	Exportações	Participação	Importações	Participação	Saldo Comercial
União Européia	311,2	19,7%	168,5	12,1%	142,7
Estados Unidos	283,3	18,0%	102	7,3%	181,3
Hong Kong, China	218,3	13,8%	12,3	0,9%	206
ASEAN	138,2	8,8%	154,6	11,1%	-16,4
Japão	121,1	7,7%	176,7	12,7%	-55,6
Coréia do Sul	68,8	4,4%	138,4	9,9%	-69,6
Índia	40,9	2,6%	20,8	1,5%	20,1
Taiwan, China	29,7	1,9%	115,7	8,3%	-86
Rússia	29,6	1,9%	25,8	1,8%	3,8
Total Ásia	646,6	41,0%	644,3	46,2%	2,3
Total Geral	**1577,9**	**100,0%**	**1394,8**	**100,0%**	**183,1**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de China-NBS, 2011.

A primeira informação que merece destaque diz respeito ao relevante peso que os Estados Unidos e a União Européia assumem no volume exportado (37,7%) e também, em contraste, o pequeno peso destes no volume importado (19,4%). São estes dois parceiros os responsáveis pelo superávit comercial do país. Quando se computa a participação dos países asiáticos em bloco (ASEAN, Hong Kong[2], Japão, Coréia do Sul,

[2] Há um dado estatístico que distorce a informação na Tabela 1, que diz respeito à Hong Kong, Região Administrativa Especial da China. Não estão claras as informações prestadas pelo governo chinês no que tange às importações. Como o leitor poderá observar, elas são discrepantes daquelas da Tabela 2, organizadas pela OMC e tratadas pelo governo australiano, em que o volume de importações de Hong Kong é quase similar ao das exportações.

Índia, Taiwan e Rússia), verifica-se que eles já possuem importância sensivelmente maior que os primeiros, alcançando 41% do total exportado. Já do ponto de vista das importações, este volume é ainda maior, 46,2% do total. Somados os saldos comerciais de Japão, ASEAN, Coréia do Sul e Taiwan, o déficit comercial chinês atinge US$ 227,6 bilhões de dólares, indicando a importância da China para esses países[3].

A Tabela 2, a seguir, procura desagregar as informações da Tabela 1. A apesar de utilizar dados de 2009, é possível visualizar o peso específico do comércio exterior da China em seu entorno, ressaltando qual é a real dimensão desse intercâmbio no fluxo comercial de cada país escolhido.

Tabela 2

Comércio entre a China e o Oriente e o Sudeste Asiático (APEC) 2009 (em milhões de US$)								
País	Exportações				Importações			
	Total	Para China	% para China	Rank	Total	Da China	% da China	Rank
Brunei	8.064	257	3,2%	5	2.499	154	6,2%	4
Coréia do Sul	363.534	86.703	23,9%	1	323.085	54.246	16,8%	1
Filipinas	38.335	2.930	7,6%	5	43.008	3.807	8,9%	4
Hong Kong	329.738	164.360	49,8%	1	352.688	161.607	45,8%	1
Indonésia	116.510	11.499	9,9%	2	96.829	14.002	14,5%	2
Japão	580.465	109.577	18,9%	1	551.788	122.515	22,2%	1
Malásia	157.527	19.169	12,2%	2	123.907	17.287	14,0%	1
Papua Nova Guiné	7.794	325	4,2%	4	3.820	572	15,0%	2
Rússia	285.079	16.100	5,6%	3	160.722	22.860	14,2%	2
Singapura	269.909	26.320	9,8%	3	245.852	25.959	10,6%	3
Tailândia	151.793	16.059	10,6%	2	134.597	17.149	12,7%	2
Taiwan	193.815	50.919	26,3%	1	174.071	24.347	14,0%	2
Vietnan	55.659	4.310	7,7%	4	84.840	17.933	21,1%	1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Austrália - Department of Foreigns Affairs and Trade, 2010.

[3] Uma explicação para este fenômeno diz respeito à importação de equipamentos e componentes que são utilizados por empresas instaladas na China e que entram no mix de produção de uma cadeia produtiva de maiores dimensões. O papel da China nas exportações mundiais deve-se em grande parte às vendas de empresas estrangeiras. Em 2009, de acordo com as estatísticas chinesas, as empresas de capital estrangeiro foram responsáveis por 56% das exportações e 53% das importações. Outro dado importante é que a diminuição do superávit de Japão e Coréia do Sul com os Estados Unidos é parcialmente compensada pelo superávit com a China, já que empresas japonesas e coreanas exportam a partir de deste país.

Antes de tudo, é preciso considerar que a amostra privilegiou as informações dos países membros da Associação de Países da Ásia-Pacífico (APEC). Analisando a tabela, em que são dispostos dados de 13 países, verificamos que a China é o principal destino de exportações para 4 países (Japão, Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul) e o segundo principal para outros 3 (Indonésia, Malásia e Tailândia) e o terceiro para Rússia e Singapura. Do ponto de vista das importações de produtos chineses, os números aumentam, sendo que para 5 países a China é o principal fornecedor (Japão, Hong Kong, Coréia do Sul, Malásia e Vietnan), o segundo principal fornecedor para 5 países (Rússia, Taiwan, Indonésia, Papua Nova Guiné e Tailândia) e terceiro fornecedor de Singapura. Para os demais países, a China se encontra entre o quarto ou o quinto fornecedor, o que não deixa de ser um fato relevante.

A crescente participação da China nos fluxos regionais tende a se ampliar na medida em que o país implementar a política de "desenvolvimento inclusivo", conforme define o seu XII Plano Qüinqüenal – 2011-2015 (Xinhua, 2011). Por este plano, o objetivo central da política econômica do governo chinês passa a ser o fortalecimento do mercado interno, o aumento da renda per capita com maior distribuição da renda e a poupança de energia acompanhada pela adoção de fontes energéticas limpas. Tal diretriz provocará forte impacto na demanda por importações pelo país, aumentando a força centrípeta da economia chinesa, de forma a ofuscar o poder de atração de outra economia fortemente demandante, os Estados Unidos.

Conclusão

Ao longo do texto procuramos oferecer ao leitor elementos que evidenciam uma forte movimentação na estrutura de poder na Ásia. A China, que tradicionalmente possuiu uma forte influência na região, volta a se levantar como uma potência hegemônica regional (e quiçá global) após quase dois séculos de retração. O poder econômico, político e militar respaldam sua proeminência internacional mas, diferentemente de uma perspectiva realista da História, que prevê uma suposta inevitabilidade de conflitos decorrente da ascensão econômica de uma nova potência, como os verificados com a ascensão de Estados Unidos, Alemanha e Japão no final do século XIX e primeira

metade do século XX, a China vem confirmando sua estratégia de "Ascensão Pacífica", aproveitando de seu grande potencial econômico para trazer consigo grande parte dos países do Sudeste da Ásia e do Extremo Oriente. Ao normalizar as relações com Taiwan, a última pendência restante do período da "Grande Humilhação", a China se habilitará para apresentar uma nova hegemonia na Ásia e, quiçá, alhures.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, G. (2008). Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo.

ASEAN (2007). ASEAN-China Agreement on Trade in Services. Disponível em: http://www.aseansec.org/19294.htm

AUSTRÁLIA – Department of Foreign Affairs and Trade - Market Information and Research Section (2010). The Apec region: trade and investment. Canberra. ISSN 1321-6708. ISBN 978-1-921612-43-5

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N, PASQUINO, G. (1998) Dicionário de Política. Brasília, UnB.

CHINA - National Bureau of Statistics of China (2011) - Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2010: National Economic and Social Development. Disp. em: http://www.stats.gov.cn/english/newsandcomingevents/t20110228_402705764.htm

China – The State Council (2005). China's Peaceful Development Road. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200512/22/print20051222_230059.html. Acesso em 01/10/2010.

CHINA DAILY. Mainland to sign historical trade pact with Taiwan. 29/06/2010. Disp. em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-06/29/content_10031244.htm

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. (2007). China: uma nova história. Porto Alegre: L&PM.

GUINIGUNDO, Diwa C. (2005) Financial cooperation arrangements in the ASEAN. Bangko Sentral Review July 2005, Manila - Filipinas. Disp. em: http://www.bsp.gov.ph/downloads/publications/2005/BSR2005b_01.pdf

INTERESTING WORLD FACTS (2011). Disponível em: http://www.interestingworldfacts.com/general/10-biggest-empires-in-the-history.html

KUBNY, Julia; VOSS, Hinrich (2010). China's FDI in ASEAN: Trends and impact on host countries. 2nd Copenhagen Conference on 'Emerging Multinationals': outward investment from emerging and developing economies Disponível em: http://gdex.dk/ofdi10/Kubny%20Voss_Chinas%20FDI%20in%20ASEAN.pdf

MADDISON, Angus (2003). Historical Statistics for the World Economy: 1-2003 AD. Disp. em: http://www.ggdc.net/MADDISON/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls

OCX - Organização de Cooperação de Xangai (2011). Brief introduction to the Shanghai Cooperation Organisation. Disponível em: http://www.sectsco.org/EN/brief.asp

PERLEZ, Jane (2006). China competes with West in aid to its neighbors. The New York Times. 18/09/2006. Disponível em: http://www.nytimes.com/2006/09/18/world/asia/18iht-web.0918aid.2845121.html

XINHUA (2011). Key targets of China's 12th five-year plan. 05/03/2011. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/05/c_13762230.htm

ZHAO Hong; TONG, Sarah Y. (2010) Taiwan-Mainland Economic Cooperation Framework Agreement (ECFA): Implications for Cross-Strait Relations. EAI Background Brief No. 452. Disp. em: http://www.eai.nus.edu.sg/BB452.pdf